



**Projeto de Lei nº 032/2023**  
**Origem: Poder Executivo**

**EMENTA. AUXÍLIO FINANCEIRO. TERMO DE FOMENTO. ASSOCIAÇÃO CIVIL CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SOBRADINHO. NECESSIDADE DE RESPEITO À LEI Nº 13.019/2017 e lei 8.666/93. POSSIBILIDADE.**

### **RELATÓRIO**

Foi solicitado a esta Assessoria Jurídica, parecer jurídico sobre o Projeto de Lei nº 032/2023, que versa sobre a concessão de auxílio financeiro, mediante Termo de Fomento, à Associação Civil Corpo de Bombeiros Voluntários de Sobradinho e dá outras providências.

### **ANÁLISE JURÍDICA**

Os exames desta Assessoria Jurídica da Câmara de Vereadores de Passa Sete se dão com fulcro nas atribuições do cargo contidas na Lei Municipal nº 881/2009. Nesse contexto, subtraí-se da análise questões que importem considerações de ordem política, técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal da competência da assessoria jurídica como função de consultoria aos senhores Vereadores e às Comissões legislativas.

Outrossim, importante consignar que a presente manifestação tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação, dos princípios doutrinários e científicos, analisando os questionamentos apresentados exclusivamente sob o aspecto legal/jurídico. Como função consultiva, à Assessora jurídica cabe analisar a legalidade dos procedimentos adotados pela Casa legislativa e dos Projetos de Lei encaminhados ao Poder Legislativo, ou dele emanados mas, de modo algum, implica em deliberações, as quais competem exclusivamente aos vereadores. Também é de se deixar claro que o posicionamento a ser exposto no presente parecer não exclui a previsível existência de entendimentos divergentes a respeito do tema em consulta.

Pois bem.

A questão em análise está regulamentada ao amparo da Lei nº 13.019/2017:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; [...]



VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

Os Bombeiros Voluntários, embora muitas vezes reconhecidas pelo Estado como sendo de utilidade pública, não integram a administração direta ou indireta, mas trabalham ao lado do Estado cooperando nos setores, atividades, defesa civil e serviços que lhes são atribuídos.

De acordo com a norma transcrita, o repasse destina-se a manutenção dos serviços de defesa civil, combate a incêndios e ao resgate de vítimas de acidentes atendidos pela Associação Civil Corpo de Bombeiros Voluntários de Sobradinho, e que o repasse depende, conforme art. 4º do PL nº 032/2023, das seguintes condições:

Art. 4º. A concessão do auxílio de que trata esta Lei depende:

I - do cumprimento das disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 1.713, de 16/02/2017, e da Lei Federal nº 8.666/93, no que couber;

II - da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros devidamente alocados pelo Município;

III - da celebração de Termo de Fomento onde conste as obrigações a serem cumpridas pela Entidade, dentre as quais aquelas elencadas no art. 3º desta Lei;

IV - da observância ao cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho e de Aplicação de Recursos aprovado pelo Município;

V - da prestação de contas dos valores recebidos pela Entidade, sob pena de tomada de contas especial e demais medidas legais cabíveis, além de ficar impedida de celebrar novo Termo de Fomento;

VI - da obrigatoriedade da Entidade manter durante a vigência do Termo de Fomento todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade exigidas quando da sua celebração.

Efetivamente no tocante ao Termo de Fomento a ser celebrado, a Lei nº 13.019, de 2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, visando o interesse público e recíproco. Esta lei também é denominada de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e entrou em vigência, para os Municípios, em 1º de janeiro de 2017.

É importante que se compreenda que, após o advento da Lei nº 13.019/2014, os “auxílios”, assim denominados os repasses de recursos públicos a fundo perdido, para organizações da sociedade civil realizarem ações de seu interesse e iniciativa, perderam, por completo, qualquer viabilidade – que, no passado, só existia porque o antigo convênio, regido pelo art. 116 da Lei nº 8.666/1993, em muitos entes federados não possuía um regramento específico, razão pela qual os procedimentos eram deveras abreviados. É necessário, agora, que a ação seja qualificada como uma atividade ou um projeto de interesse público e recíproco,



com a demonstração de como será realizado com mútua cooperação de esforços, ou seja, com recursos públicos e contrapartida da entidade.

No Projeto de Lei nº 033/2022, o auxílio a ser repassado em parcela única, é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), não importando em ação voltada à manutenção da organização (Bombeiros Voluntários), mas sim em regime de mútua colaboração, pois “a Entidade se compromete a manter os serviços de combate a qualquer desastre/acidente ocorrido na área territorial do Município de Passa Sete, bem como a orientar, treinar e auxiliar outras equipes de voluntários visando minimizar os efeitos de secas, enxurradas, vendavais e resgates de vítimas de acidentes em geral (art. 3º), demonstrando-se a ação de interesse social a ser executada em regime de mútua colaboração.

Ademais, vale salientar que os Bombeiros Voluntários de Sobradinho compõe uma organização com mais de 20 anos de existência, extensa experiência prévia, instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para desenvolvimento das atividades e projeto previstos na parceria, (art.33 da Lei nº 13.019/2004), além de se tratar de entidade sem fins lucrativos (art. 1º do PL nº 053/2019).

Sendo assim, havendo interesse público no desenvolvimento de projeto relacionado aos serviços da defesa civil, combate a incêndios e ao resgate de vítimas de acidentes atendidos pela Associação Civil Corpos de Bombeiros Voluntários de Sobradinho deverá ser observado o regime instituído pela Lei nº 13.019/2014. Para tanto, será necessário que a entidade apresente um plano de trabalho (art. 22), instruído com os seus documentos de regularidade, na forma dos arts. 33 e 34 do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e regulamentados pela Administração Pública por decreto, com declaração de não incidência nos casos de impedimento do art. 39.

Com isso, o ordenador de despesa deverá determinar a abertura do processo administrativo, justificando, conforme art. 32, a razão de afastamento do chamamento público (elegendo uma dentre as previstas nos arts. 30 e 31), cumprindo, ademais, as condições estabelecidas nos arts. 35, 38 e 63, § 1º, para formalização do ajuste.

### **CONCLUSÃO**

Desde que sejam adotadas, pelo Poder Executivo, as formalidades exigidas pela Lei nº 1309/2014, se apresenta formalmente adequado o projeto de lei, seguindo o modesto parecer sem embargo de outro em sentido diverso, para com os quais fica registrado o devido respeito.

Contudo, à Vossa consideração.

Passa Sete, 24 de abril de 2023.

ELIANA WEBER  
Assessora Jurídica  
OAB/RS 60.217